

Territorialização das arboviroses em microáreas da ESF de Eunápolis

Autor(res)

Elines Santos Rocha Novais
Sarah Raquel Ribeiro Da Silva Santos
Rian Rocha Oliveira
Ronald Santos Veloso
Yan Carvalho De Sousa
Rayssa Virgínia De Sá Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE EUNÁPOLIS

Introdução

O conceito de território na saúde coletiva transcende a delimitação geográfica e física. Ele deve ser compreendido como um espaço vivo, que integra dimensões históricas, demográficas, epidemiológicas, administrativas, tecnológicas e sociais (Giovanella et al., 2022). Essa perspectiva amplia a compreensão do processo saúde-doença, permitindo reconhecer que os determinantes sociais, como condições de moradia, saneamento, acesso a serviços públicos e hábitos culturais, exercem forte influência sobre a qualidade de vida da população (Marmot; Bell, 2019).

Nesse sentido, a territorialização emerge como uma ferramenta essencial para a Atenção Primária à Saúde, pois possibilita a coleta, análise e organização de dados sobre a realidade local, transformando-os em informações estratégicas para a prática assistencial (Brasil, 2009; Mendonça et al., 2020). O processo de territorialização não se limita ao mapeamento espacial, mas busca compreender as vulnerabilidades e potencialidades da comunidade, orientando o planejamento de ações de promoção, prevenção e cuidado integral.

Entre os problemas frequentemente identificados na análise territorial, destaca-se o descarte inadequado de resíduos sólidos, fenômeno que se relaciona diretamente a condições de saneamento e à saúde urbana. O acúmulo de lixo em locais inadequados, como terrenos baldios e margens de rios, favorece a proliferação de vetores e representa um risco ambiental significativo (Almeida; Cota; Rodrigues, 2020). A ineficiência na gestão de resíduos reflete desigualdades sociais e estruturais, evidenciando a íntima relação entre urbanização, meio ambiente e saúde.

Nesse cenário, as arboviroses, como dengue, zika e chikungunya, têm se destacado como um dos principais desafios à saúde pública no Brasil. Transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, essas doenças encontram terreno fértil para sua propagação em áreas com acúmulo de lixo, água parada e ausência de saneamento básico adequado. Segundo Lima-Camara (2016), as arboviroses emergem como um problema crescente devido ao processo de urbanização desordenada, às mudanças ambientais e às fragilidades das políticas de controle vetorial. Além disso, a dispersão das arboviroses revela como os determinantes ambientais e sociais estão diretamente envolvidos na dinâmica de transmissão. Como destacam Almeida, Cota e Rodrigues (2020), o saneamento

3º COLÓQUIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

inadequado e a falta de infraestrutura urbana contribuem não apenas para o aumento da infestação por vetores, mas também para o agravamento das desigualdades em saúde. Portanto, o enfrentamento dessas doenças exige ações que transcendam a dimensão biomédica, incorporando práticas intersetoriais e comunitárias.

A territorialização, nesse contexto, oferece subsídios fundamentais para identificar os pontos críticos de acúmulo de resíduos e de maior incidência de arboviroses. Ao aproximar a equipe de saúde da realidade concreta da comunidade, possibilita a construção de estratégias educativas e preventivas que envolvem a participação social, estimulando a corresponsabilidade no cuidado coletivo. Dessa forma, o território é compreendido não apenas como espaço de risco, mas também como espaço de potencial transformação.

Marmot e Bell (2019) reforçam que a saúde é produto de condições sociais e ambientais, de modo que políticas públicas efetivas são indispensáveis para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida. Ademais, os autores do artigo destacam que é importante ressaltar que o descarte inadequado de resíduos não pode ser interpretado unicamente como uma falha individual, mas como reflexo de determinantes sociais mais amplos. Questões como ausência de coleta pública eficiente, déficit de políticas ambientais e falta de planejamento urbano precisam ser consideradas.

Portanto, discutir a relação entre o descarte inadequado de lixo e a propagação das arboviroses implica reconhecer a importância da territorialização como instrumento de diagnóstico e intervenção em saúde. Ao mesmo tempo, exige a articulação entre saúde, meio ambiente, educação e gestão pública, na perspectiva de promover ações integradas e sustentáveis que reduzam a vulnerabilidade da população frente a essas doenças.

Diante do exposto, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais fatores do ambiente domiciliar e do saneamento se associam à incidência de arboviroses por microárea? Sendo o objetivo do estudo mapear e estratificar o risco dessas doenças por microárea, analisando a associação com a coleta de resíduos, abastecimento de água e esgotamento/drenagem, produzir mapas temáticos e um ranking de prioridades para planejamento.

Objetivo

Mapear e estratificar o risco de arboviroses por microárea, analisando a associação com a coleta de resíduos, abastecimento de água e esgotamento/drenagem, e produzir mapas temáticos e um ranking de prioridade para planejamento.

Material e Métodos

Estudo ecológico, transversal e descritivo-analítico, com abordagem qualitativa, articulado como relato de experiência extensionista. A unidade de análise é o território da UBS Osvaldo Mello Filho, especificamente a microárea II, acompanhada pela ESF e ACS.

O desfecho é a incidência de arboviroses (dengue, zika e chikungunya), e as exposições ambientais são: descarte de lixo, coleta pública, drenagem, abastecimento de água e criadouros, mensurados por microárea.

Além da análise, inclui ações educativas (palestras em escola) sobre manejo de resíduos e prevenção, em parceria com o PINESC, integrando ensino-pesquisa-extensão.

Resultados e Discussão

A Microárea 2 da URBIS I apresenta um arranjo espacial relativamente organizado, caracterizado por uma malha urbana bem delimitada e de circulação interna facilitada. Tal configuração favorece a mobilidade cotidiana dos moradores, indicando efetividade na distribuição das vias e na logística de deslocamento intra-bairro. Essa

3º COLÓQUIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

organização territorial sugere que o espaço foi originalmente planejado para permitir acessos curtos, conectividade entre quadras e distribuição equilibrada de serviços locais.

Apesar desses aspectos positivos, observam-se desafios estruturais que impactam diretamente as condições socioambientais da microárea. Um dos problemas mais recorrentes é o acúmulo de resíduos sólidos em pontos específicos, fenômeno frequentemente associado à escassez de locais apropriados para descarte e à insuficiência de recipientes públicos capazes de suportar o volume gerado pela população. A permanência prolongada desse lixo exposto propicia a proliferação de vetores e compromete a salubridade local.

A tabela abaixo refere-se à análise sequencial das taxas de Índice de Infestação (I.I.P) e de Focos Encontrados por Domicílio (BRET), evidenciando um aumento progressivo a partir do terceiro ciclo de monitoramento. Nos dois primeiros ciclos, ambas as taxas permaneceram estabilizadas em 0,0%, demonstrando ausência tanto de novos casos quanto de focos vetoriais. Contudo, no terceiro ciclo observa-se um crescimento expressivo dos indicadores, com o Índice de Infestação atingindo 2,6% e o BRET alcançando 0,4%, configurando o ápice registrado durante a série analisada e indicando intensificação simultânea da transmissão viral e da presença de criadouros.

No quarto ciclo, verifica-se uma alteração no padrão observado anteriormente: o I.I.P reduz para 0,8%, enquanto a taxa de focos aumenta para 0,8%. Essa divergência entre os indicadores demonstra que a I.I.P não evolui, necessariamente, de forma proporcional ao BRET, o que reforça a necessidade de interpretar ambos os parâmetros de maneira integrada. No quinto ciclo, observa-se estabilização em valores menores 0,5% tanto para I.I.P quanto para BRET representando um declínio moderado, mas ainda indicativo de circulação viral sustentada associada à presença contínua de focos.

Dessa forma, a análise sequencial dos índices I.I.P e BRET revela-se essencial para compreender a dinâmica epidemiológica do *Aedes aegypti*, permitindo a identificação precoce de riscos e possíveis surtos, além de orientar a intensificação das ações de controle vetorial. A avaliação conjunta desses indicadores também evidencia a independência parcial entre transmissão viral e detecção de focos, ressaltando a importância de estratégias de vigilância integradas, contínuas e territorialmente sensíveis.

Conclusão

A pesquisa confirmou que microáreas com saneamento precário apresentam maior incidência de arboviroses, com picos de dengue associados à vulnerabilidade ambiental. A estratificação de risco por microárea e os mapas temáticos mostraram-se eficazes para planejamento em saúde, permitindo priorizar intervenções em áreas críticas. A ação educativa na escola ampliou a conscientização comunitária e fortaleceu a integração entre equipe de saúde e população.

Os impactos incluem o fortalecimento da integração ensino-pesquisa-extensão, a produção de evidências para o planejamento local, a sensibilização comunitária e o desenvolvimento de metodologia replicável. O projeto evidencia a territorialização como estratégia fundamental para a vigilância em saúde, orientando ações intersetoriais e reduzindo desigualdades socioambientais

Referências

ALMEIDA, Lorena Sampaio; COTA, Ana Lídia Soares; RODRIGUES, Diego Freitas. Saneamento, arboviroses e determinantes ambientais: impactos na saúde urbana. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3857-3868, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes operacionais para os pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

3º COLÓQUIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

GIOVANELLA, Lígia et al. Políticas e sistema de saúde no Brasil. [S.l.]: Editora FIOCRUZ, 2012.

LIMA-CAMARA, Tamara Nunes. Arboviroses emergentes e novos desafios para a saúde pública no Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 50, p. 1-7, 2016.

MARMOT, Michael; ALLEN, Jessica J. Social determinants of health equity. American journal of public health, v. 104 Suppl 4, n. S4, p. S517-9, 2014.